

APRESENTAÇÃO

Este dossiê, intitulado Currículo e Política: como a pesquisa reafirma o debate investe em uma relação que consideramos inextricável: pensar o currículo como produção política, como política cultural. Relacionar currículo e política pode soar redundante, como informam as contribuições deste campo de pesquisa nas últimas décadas. Mas este conjunto de trabalhos aciona os dois termos visando a reafirmação da experiência curricular como produção política dinamizada em toda forma de envolvimento, em atos e momentos educativos: na formação de professores, na pesquisa sobre educação em distintos campos disciplinares, na afirmação do cotidiano escolar como espaço e tempo de decisões políticas, nas disputas pela significação do que vem a ser a cultura, o conhecimento, o sujeito. A reiteração do currículo como produção cultural em disputa constante acena para o horizonte da articulação política que é desenvolvida nos mais distintos contextos, sem exceção ou reservas. A expectativa que nos move aqui é a de que a concepção do currículo como cultura, e da cultura como aquilo que somos e perfazemos em nossas decisões, sustenta a oportunidade “em aberto” de intervenção. Noutra via, esta proposta também se constitui em oposição a leituras como a de que o currículo estaria restrito à definição de rol de conteúdos a serem trabalhados, conhecimentos a serem transmitidos, objetivos a serem alcançados, culturas a serem apreendidas.

Em nossa atualidade, passamos a interagir com visões sobre a escola que buscam afirmar a neutralidade de propostas políticas, formas objetivas de conhecer, a defesa de futuros sociais sem diálogo com a sociedade e suas organizações. Por isso, aqui assumimos a missão de fomentar o debate sobre o modo como a pesquisa pode ajudar a pensar alternativas/interpretações às relações de poder inerentes aos problemas constituídos na e para a educação.

A partir de ataques à pesquisa, também por meio de políticas como as da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os diferentes níveis, dos ataques às formas de organização e às culturas escolares e acadêmicas, da afirmação de padrões para um outro que não cabe, da definição objetiva do que é ser objetivamente a partir de um suposto conhecimento dado no mundo, este dossiê resulta como provocação. Nesta seara, o companheirismo e a solidariedade, a defesa ao diálogo e à reflexão, a defesa à educação como aposta em um horizonte democrático porvir, acenam para a convergência dos diferentes trabalhos e autores no momento de decisão política em que consiste este dossiê. Estamos

referindo a diferentes colegas, de diferentes instituições, regiões e países, que estudam currículo, que interpretam este campo como oportunidade de intervir politicamente.

Este número da Revista Panorâmica é um convite à oportunidade de diálogo, reflexão e construção de perspectivas, marcado por diferentes lentes, objetos, preocupações e defesas que, em muito, tendem a auxiliar na produção de projetos/interpretações alhures, nos mais distintos contextos em que a busca pelo pensamento curricular se colocar.

O artigo de Silvia Morelli, “Retoricidad y significaciones del curriculum”, abre a coletânea projetando o currículo como processo social e político que assinala sua natureza conflitiva. Para a autora, esta perspectiva caracteriza os diferentes processos articulados na produção de propostas e políticas curriculares. Estrategicamente, o pensamento de Ernesto Laclau é apropriado para pensar a política a partir das noções de hegemonia, retoricidade, sobredeterminação, autonomia e relação entre necessidade e contingência. Por meio de uma discussão pós-estrutural, o texto defende a leitura de que os processos de identificação nas políticas não são definidos por algum tipo de centralização ou controle curricular, mas pela tensão contínua entre hegemonia e tradução/recontextualização do discurso.

O texto de Hugo Heleno Camilo Costa, “Contribuições geográficas ao debate curricular”, focaliza possibilidades de intervenção no debate curricular através de contribuições de estudos geográficos de cunho pós-estrutural. Inicialmente, focaliza uma discussão sobre a contribuição dos estudos pós-estruturais na reedição da perspectiva sobre o significado do mundo. Pautado no pensamento derridiano e laclauiano, o autor destaca a interpretação da linguagem como opacidade para pensar os reflexos desta concepção no campo da Geografia e do pensamento curricular. No campo do currículo, dialoga com as contribuições de Lopes e Macedo, com foco na leitura do currículo como produção discursiva contextual. Como provocação aos estudos curriculares, toma como emblemático o pensamento de Massey para intervir na concepção de currículo como espaço-tempo de fronteira, defendida por Macedo. O propósito do artigo é lançar ao pensamento curricular uma oportunidade interpretativa que se dá pela incorporação de aportes do pensamento geográfico pós-estrutural, em uma concepção para além e em um espaço simbólico sob contínuo processo de significação.

No mote da discussão sobre identidade, a segunda proposta, “Formação docente: disputas incessantes em torno de um modelo ideal de docência”, de Anna Sondahl e Talita Vidal Pereira, parte de uma investigação sobre o impacto da projeção identitária idealizada na formação de futuros docentes em um curso de Licenciatura em Pedagogia. Envolvido em um

corpus teórico de perspectiva pós-estrutural, o texto tensiona a fixação de sentidos no debate sobre o que é ser docente. A preocupação das autoras está no argumento de que tais dinâmicas de projeção tendem a constituir sentidos de fracasso ou limitação na formação de futuros professores e professoras, o que pode levar à noção de intransponibilidade de tais ideais e ao consequente senso de frustração. Empiricamente, o artigo se utiliza de imagens de professores veiculadas via internet, para pensar os sentidos de docência difundidos midiaticamente, bem como apropria trechos de entrevistas com futuros docentes, com foco nos estereótipos com os quais negociam ao longo da formação inicial.

A proposta que dá corpo ao texto de Clarissa Bastos Craveiro e Adriano Vargas Freitas, “A formação docente na EJA nas políticas curriculares em documentos ibero-americanos e brasileiros: aproximações e distanciamentos”, é analisar dois corpus sobre Educação e Educação de Jovens e Adultos no Brasil e em países ibero-americanos. Os autores lançam mão da ferramenta Wordsmith Tools como tecnologia que auxilia no cruzamento de dados/textos voltados à formação de professores. Nesse processo, argumentam sobre as aproximações e afastamentos nos diferentes corpora, destacando as tendências e sentidos de formação docente em diferentes países. Defendem, nesse sentido, a convergência de discursos voltados ao respeito às especificidade culturais dos docentes, por um lado, e a defesa, por outro, da avaliação como meio de controle sobre o trabalho docente.

O artigo de Francisca Araújo e Marcia Bethânia de Oliveira, intitulado “Projeto Político-Pedagógico: política curricular no contexto da prática”, parte da abordagem ao ciclo de políticas de Ball e colaboradores para pensar as mudanças constituídas na escola a partir da elaboração de seus projetos político-pedagógicos (PPP). O foco do trabalho está na reflexão sobre como, no âmbito de uma produção política cíclica a escola negocia constituindo a política curricular. Para a compreensão do fenômeno, as autoras realizaram entrevistas com gestores do município de Mossoró (RN), buscando compreender os sentidos atribuídos à função do PPP na prática escolar. Ao longo do estudo as autoras defendem a escola como contexto de produção da política curricular, como espaço de intervenção em um cenário mais amplo, no qual negocia diferentes sentidos em circulação na política em tensão com as demandas do/no contexto da escola.

O artigo de Phelipe Florez Rodrigues, “Reflexões sobre globalização: tensões postas na política de currículo”, focaliza um investimento no debate sobre globalização tendo por referência as contribuições do pensamento de Arjun Appadurai. O autor parte dos desdobramentos constituídos pelos processos de globalização em suas relações com os

Estados-Nação. Particularmente, chama a atenção para os reflexos culturais que são constituídos nesse cenário e prioriza um olhar sobre a tensão travada entre processos de hegemonização de subjetividades e as dinâmicas que impedem a plenitude de tais aspirações. Empiricamente, chama a atenção para a busca pela regulação de processos identitários na formulação de políticas de currículo no Brasil. O artigo propõe como perspectiva a concepção de que a projeção de um sujeito global nas políticas de currículo assinala uma busca pela hegemonização de uma forma de ser e estar no mundo, ao mesmo tempo em que aponta que tais leituras são refratadas por movimentos identitários contextuais que operam de modo irrefreável.

A discussão de Bonnie Axer, em “Um olhar sobre a disputa de sentidos para a alfabetização no PNAIC”, focaliza o Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa, que é mobilizado por governos federal, estaduais e municipais, em defesa a alfabetização de crianças até os oito anos de idade. A autora questiona o projeto em sua busca por instituir a univocidade sobre o que é alfabetização no país. Para isto, focaliza o campo dos estudos curriculares, dos estudos de Alfabetização, assim como a Teoria do Discurso, para interpretar os cadernos de formação elaborados para professores alfabetizadores. A partir da análise desenvolvida, o artigo propõe concebermos o PNAIC como movimento de negligência da diferença envolvida nos processos de alfabetização, destacando, nesse sentido, a impossibilidade de o Pacto funcionar em sua pretensão absoluta, tendo em vista a impossibilidade de assegurar uma alfabetização plena para quem quer que seja.

O artigo de Guilherme Stribel, “Um por todos, todos por um? Entre o universal e o particular nas políticas públicas de educação em direitos humanos”, chama atenção para a concepção de direitos humanos em uma lógica de produção de políticas públicas. Para pensar o campo dos direitos humanos, o autor focaliza as relações com o universal e o particular, tomando-os como constituindo uma interseção na formulação de políticas. Apropria os estudos de Boaventura de Sousa Santos e Vera Candau para pensar as tensões e buscas por afirmar uma universalidade quando, pondera, esta só pode se constituir como particularidade universalizada. Tal dinâmica de universalização de determinada visão de direito e de humanos, segundo o autor, só pode ser dinamizada em uma lógica de hierarquização marcada por processos hegemônicos provisórios.

Ao longo dos textos, discursos, identidade, diferença, articulações e impossibilidade de controle são ideias acionadas como perfazendo uma conversa virtual entre os textos. É para a companhia de tais trabalhos que convidamos os leitores, tendo em vista a potencialidade de

não cessar as conversas, mas incitar à produção indefinida do novo e do original no debate curricular.

Prof. Dr. Hugo Heleno Camilo Costa
Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
Campus Universitário do Araguaia (CUA)

